

E-060



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

MÉDICO - MEDICINA DO TRABALHO

Duração: 5h (cinco horas)

Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas censurar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma “Respeitosamente”
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função MENOR para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função SE, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR (x64)*. Nesse *browser*, o atalho de teclado Ctrl + D é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede WAN. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O RH da empresa em que um colaborador trabalha o envia para fazer exame demissional. Ao checar o PCMSO, a função está exposta ao risco físico ruído. A enfermagem do trabalho sinaliza que o ASO periódico foi realizado recentemente, não sendo necessário o exame demissional. Pode-se afirmar que, de acordo com a NR 7, pode ser aceito, na demissão, exame audiométrico realizado:

- A) 30 dias antes da data de finalização do contrato de trabalho
- B) 45 dias antes da data de finalização do contrato de trabalho
- C) 60 dias antes da data de finalização do contrato de trabalho
- D) 120 dias antes da data de finalização do contrato de trabalho
- E) 135 dias antes da data de finalização do contrato de trabalho

32. No controle médico ocupacional de exposição a condições hiperbáricas para trabalhadores da construção civil, expostos a condições hiperbáricas, é obrigatória a realização de exames médicos, dentro dos padrões estabelecidos no anexo IV da NR 7, para o exercício de suas atividades. O trabalhador não pode ser exposto à pressão superior a 4,4 ATA (atmosferas técnicas absolutas), exceto em caso de emergência, sob supervisão direta do médico qualificado. A duração do período de trabalho sob ar comprimido não pode ser superior a:

- A) 4 horas, em pressões de trabalho de 1,0 a 2,0 ATA; a 2 horas, em pressões de trabalho de 2,1 a 3,5 ATA; e a 1 hora, em pressão de trabalho de 3,6 a 4,4 ATA
- B) 6 horas, em pressões de trabalho de 1,0 a 2,0 ATA; a 4 horas, em pressões de trabalho de 2,1 a 3,5 ATA; e a 2 horas, em pressão de trabalho de 3,6 a 4,4 ATA
- C) 8 horas, em pressões de trabalho de 1,0 a 2,0 ATA; a 6 horas, em pressões de trabalho de 2,1 a 3,5 ATA; e a 4 horas, em pressão de trabalho de 3,6 a 4,4 ATA
- D) 9 horas, em pressões de trabalho de 1,0 a 2,0 ATA; a 5 horas, em pressões de trabalho de 2,1 a 3,5 ATA; e a 3 horas, em pressão de trabalho de 3,6 a 4,4 ATA
- E) 10 horas, em pressões de trabalho de 1,0 a 2,0 ATA; a 8 horas, em pressões de trabalho de 2,1 a 3,5 ATA; e a 6 horas, em pressão de trabalho de 3,6 a 4,4 ATA

33. O SESMT deve ser composto por médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, técnico de segurança do trabalho, enfermeiro do trabalho e auxiliar/técnico em enfermagem do trabalho, obedecido ao Anexo II da NR 4. Os profissionais integrantes do SESMT devem possuir formação e registro profissional em conformidade com o disposto na regulamentação da profissão e nos instrumentos normativos emitidos pelo respectivo conselho profissional, quando existente. Para exercer suas atividades do SESMT, de acordo com o estabelecido no Anexo II, observadas as disposições, inclusive relativas à duração do trabalho, de legislação pertinente e de acordo ou de convenção coletiva de trabalho, o técnico de segurança do trabalho e o auxiliar/técnico de enfermagem do trabalho devem dedicar:

- A) 15 horas semanais
- B) 30 horas semanais
- C) 36 horas semanais
- D) 40 horas semanais
- E) 44 horas semanais

34. Na ocorrência de um acidente do trabalho, a empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar oficialmente à Previdência Social por meio da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. Em se tratando de um evento sem mortes, sabe-se que o prazo para tal comunicação à autoridade competente é:

- A) imediatamente após a ocorrência
- B) até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência
- C) até o segundo dia útil seguinte ao da ocorrência
- D) até o quinto dia útil seguinte ao da ocorrência
- E) até o décimo dia útil seguinte ao da ocorrência

35. O etilbenzeno é um hidrocarboneto aromático utilizado principalmente na indústria petroquímica como matéria-prima para a produção de estireno, solvente industrial, componente de combustíveis e intermediário químico. O etilbenzeno é irritante para olhos e mucosas. A exposição humana ocorre geralmente por inalação e a absorção pela pele ocorre em pequena escala. Os efeitos de exposição são depressão do SNC, alterações hepáticas e renais, edema pulmonar, falha respiratória, leucocitose e aumento de plaquetas. Podemos afirmar que o limite de tolerância até 48 h/semana, de acordo com a NR-15, para o etilbenzeno é:

- A) 78 ppm ou 340 mg/m³
- B) 78 ppm ou 290 mg/m³
- C) 156 ppm ou 200 mg/m³
- D) 156 ppm ou 390 mg/m³
- E) 470 ppm ou 1090 mg/m³

36. O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a uma porcentagem específica que depende diretamente da graduação da insalubridade que é dividida em grau mínimo, grau médio e grau máximo. Considerando o hidrocarboneto da questão anterior, podemos afirmar que a porcentagem da insalubridade a ser recebida pelos trabalhadores que têm exposição que ultrapassa seu limite de tolerância até 48h/semana é de:

- A) 50%
- B) 40%
- C) 30%
- D) 20%
- E) 10%

37. Amianto ou asbesto foi utilizado principalmente na indústria da construção civil (pisos vinílicos, telhas, caixas d'água, divisórias, forros falsos, tubulações, vasos de decoração e para plantio e outros artefatos de cimento-amianto) e para isolamento acústico ou térmico. Foi empregado também em materiais de fricção nas guarnições de freios (lonas e pastilhas), em juntas, gaxetas e outros materiais de isolamento e vedação, bem como em revestimentos de discos de embreagem, tecidos para vestimentas e acessórios antichama ou calor, tintas, instrumentos de laboratórios e nas indústrias bélica, aeroespacial, petrolífera, têxtil, de papel e papelão, naval, de fundições, de produção de cloro-soda, entre outras aplicações. Após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, cabe ao empregador manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores por:

- A) 5 anos
- B) 15 anos
- C) 20 anos
- D) 25 anos
- E) 30 anos

38. Considerando os exames médicos de controle, abordados na questão anterior, após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, pode-se afirmar que a periodicidade da realização desses exames, para trabalhadores com período de exposição de 0 (zero) a 12 (doze) anos, é:

- A) a cada 5 anos
- B) a cada 3 anos
- C) a cada 2 anos
- D) semestral
- E) anual

39. O estagiário entra no consultório do médico do trabalho a fim de sanar uma dúvida, pois uma empregada ligou para agendar um exame de retorno ao trabalho, porque seu atestado estava terminando. Avaliando seu prontuário, viu-se que ela tem dois atestados somando 25 dias de afastamento. De acordo com a NR 7, ela não precisa passar pelo exame de retorno ao trabalho, visto que ficou ausente por um período inferior ao exigido pela norma. Pode-se afirmar que o período para a execução do exame clínico consiste em um período igual ou superior a:

- A) 15 dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não
- B) 30 dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não
- C) 45 dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não
- D) 60 dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não
- E) 90 dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não

40. A vacinação dos trabalhadores dos serviços de saúde deve obedecer às recomendações do Ministério da Saúde. O empregador deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nesses casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção. A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07. O empregador deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço. A todo trabalhador dos serviços de saúde, deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra:

- A) tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO
- B) febre amarela, tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO
- C) febre amarela, HPV, tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO
- D) gripe, HPV, dengue, tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO
- E) gripe, HPV, tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO

41. Ao elaborar o PCMSO de uma empresa, na qual há o risco ocupacional de exposição à sílica livre cristalizada, é imprescindível o acompanhamento periódico do trabalhador, por meio de exame de imagem. Usualmente, utiliza-se a radiografia de tórax com sua leitura no padrão OIT. Para definir a periodicidade da realização desse exame, a informação advinda das avaliações ambientais quantitativas tem a seguinte apresentação: LSC > 10% e ≤ 50% LEO, sendo LSC = Limite superior do intervalo de confiança da média aritmética estimada para uma distribuição lognormal com confiança estatística de 95%, e LEO = Limite de exposição ocupacional. Portanto, podemos afirmar que a periodicidade da realização da radiografia de tórax OIT deverá ocorrer:

- A) na admissão; a cada 6 anos até os 15 anos de exposição, e, após, a cada 5 anos; e na demissão, se o último exame foi realizado há mais de 3 anos
- B) na admissão; a cada 5 anos até os 15 anos de exposição, e, após, a cada 3 anos; e na demissão, se o último exame foi realizado há mais de 2 anos
- C) na admissão; a cada 3 anos até 15 anos de exposição, e, após, a cada 2 anos; e na demissão, se o último exame foi realizado há mais de 1 ano
- D) na admissão; a cada 2 anos até 15 anos de exposição, e, após, a cada ano; e na demissão, se o último exame foi realizado há mais de 1 ano
- E) na admissão; e na demissão, se o último exame foi realizado há mais de 2 anos

42. Os Indicadores Biológicos de Exposição Excessiva (IBE/EE) são aqueles que não têm caráter diagnóstico ou significado clínico. Avaliam a absorção dos agentes por todas as vias de exposição e indicam, quando alterados, após descartadas outras causas não ocupacionais que justifiquem o achado, a possibilidade de exposição acima dos limites de exposição ocupacional. As amostras devem ser colhidas nas jornadas de trabalho em que o trabalhador efetivamente estiver exposto ao agente a ser monitorado. Nesse contexto, podemos afirmar que o IBE/EE, para a substância nitrobenzeno, e o respectivo momento da sua coleta em relação à jornada de trabalho, são:

- A) nitrobenzeno na urina antes da jornada
- B) meta-hemoglobina no sangue no final da jornada
- C) ácido s-fenilmercaptúrico na urina no final da jornada
- D) soma dos ácidos mandélico e fenilglicóxico na urina no final da jornada
- E) adutos de N-(2-hidroxi-etil) valina em hemoglobina a qualquer momento da jornada, desde que o trabalhador esteja trabalhando nas últimas semanas

43. O xileno é um líquido inflamável, incolor e com odor adocicado. A exposição, principalmente por inalação, pode causar náuseas, dores de cabeça, tonturas e irritação, além de sérios riscos à saúde, como lesões hepáticas, renais e neurológicas. O xileno é utilizado como solvente e diluente, é um componente natural e aditivo na gasolina e está presente na formulação de vários tipos de colas. Nesse sentido, pode-se dizer que o indicador biológico de exposição excessiva (IBE/EE) para o xileno, que deve ser colhido ao final da jornada de trabalho, é o:

- A) ácido trans-transmucônico na urina
- B) ácido S-fenilmercaptúrico na urina
- C) ácido metil-hipúrico na urina
- D) orto-cresol na urina
- E) xileno sérico

44. Entende-se como trabalho de teleatendimento/telemarketing aquele cuja comunicação com interlocutores clientes e usuários é realizada a distância, por intermédio da voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica, além de sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados. A organização do trabalho deve ser feita de forma a não haver atividades aos domingos e feriados, seja total ou parcial, com exceção das organizações autorizadas previamente pela autoridade competente em matéria de trabalho, conforme o previsto no artigo 68 da Consolidação do Trabalho – CLT, e das atividades previstas em lei. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento/telemarketing, nele incluídas as pausas sem prejuízo da remuneração, é de, no máximo:

- A) 10 horas diárias
- B) 8 horas diárias
- C) 6 horas diárias
- D) 4 horas diárias
- E) 2 horas diárias

45. A NR 15, em seu anexo 13-A, tem como objetivo regulamentar ações, atribuições e procedimentos de prevenção da exposição ocupacional ao benzeno, visando à proteção da saúde do trabalhador, visto tratar-se de um produto comprovadamente cancerígeno. Esse anexo se aplica a todas as empresas que produzem, transportam, armazenam, utilizam ou manipulam benzeno e suas misturas líquidas contendo 1% (um por cento) ou mais de volume e aquelas por elas contratadas, no que couber. O anexo não se aplica às atividades de armazenamento, transporte, distribuição, venda e uso de combustíveis derivados de petróleo. Para fins de aplicação do contido nesse anexo, é definida uma categoria de VRT (valor de referência tecnológico): a VRT-MPT, que corresponde à concentração média de benzeno no ar ponderada pelo tempo, para uma jornada de trabalho de oito horas, obtida na zona de respiração dos trabalhadores, individualmente ou de Grupos Homogêneos de Exposição - GHE, conforme definido no Anexo IX da Instrução Normativa - IN n.º 2, de 2021. Os valores estabelecidos para os VRT-MPT são:

- A) 4,0 ppm para as empresas abrangidas por esse anexo e 5,0 ppm para as empresas siderúrgicas
- B) 3,0 ppm para as empresas abrangidas por esse anexo e 4,5 ppm para as empresas siderúrgicas
- C) 2,0 ppm para as empresas abrangidas por esse anexo e 3,5 ppm para as empresas siderúrgicas
- D) 1,0 ppm para as empresas abrangidas por esse anexo e 2,5 ppm para as empresas siderúrgicas
- E) 0,5 ppm para as empresas abrangidas por esse anexo e 1,5 ppm para as empresas siderúrgicas

46. O objetivo da NR 1 é estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras relativas à segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST. Nesse sentido, a avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada 2 anos ou quando da ocorrência das seguintes situações: a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais; b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes; c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção; d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho; e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis. No caso de organizações que possuem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até:

- A) 5 anos
- B) 4 anos
- C) 3 anos
- D) 2 anos
- E) 1 ano

47. A NR 4 estabelece os parâmetros e os requisitos para constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador. Uma fábrica de refrigerantes classificada como grau de risco 3, com um total de 3681 empregados próprios, deverá dimensionar o seu SESMT com:

- A) 2 médicos do trabalho, 2 enfermeiros do trabalho, 6 técnicos de enfermagem do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho e 10 técnicos de segurança do trabalho
- B) 2 médicos do trabalho, 2 enfermeiros do trabalho, 2 técnicos de enfermagem do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho e 8 técnicos de segurança do trabalho
- C) 2 médicos do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho, 2 técnicos de enfermagem do trabalho, 1 engenheiro de segurança do trabalho e 6 técnicos de segurança do trabalho
- D) 2 médicos do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho, 1 técnico de enfermagem do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho e 8 técnicos de segurança do trabalho
- E) 1 médico do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho, 1 técnico de enfermagem do trabalho, 1 engenheiro de segurança do trabalho e 6 técnicos de segurança do trabalho

48. Considerando a fábrica de refrigerantes da questão anterior, o dimensionamento correto da CIPA entre membros efetivos e suplentes corresponde a:

- A) 13 efetivos e 10 suplentes
- B) 11 efetivos e 8 suplentes
- C) 10 efetivos e 8 suplentes
- D) 8 efetivos e 6 suplentes
- E) 6 efetivos e 5 suplentes

49. De acordo com a NR 16, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa. São consideradas atividades ou operações perigosas as executadas com explosivos sujeitos à degradação química ou à autocatalítica; ação de agentes exteriores, tais como calor, umidade, faíscas, fogo, fenômenos sísmicos, choque e atritos. As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de:

- A) 1000 litros para os inflamáveis líquidos e 500 quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos
- B) 600 litros para os inflamáveis líquidos e 450 quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos
- C) 450 litros para os inflamáveis líquidos e 350 quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos
- D) 300 litros para os inflamáveis líquidos e 200 quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos
- E) 200 litros para os inflamáveis líquidos e 135 quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos

50. O Anexo II da NR 7 estabelece diretrizes para avaliação e controle médico ocupacional da audição de empregados expostos a níveis de pressão sonora elevados. São considerados sugestivos de agravamento da PAINPSE os casos já confirmados em exame audiométrico de referência e nos quais a comparação de exame audiométrico sequencial com o de referência mostra evolução que preenche um de dois critérios. Um critério é a diferença entre as médias aritméticas dos limiares auditivos no grupo de frequências de 500, 1.000 e 2.000 Hz, ou no grupo de frequências de 3.000, 4.000 e 6.000 Hz iguala ou ultrapassa 10 dB (NA - nível de audição em decibéis). O outro critério é quando a piora em uma frequência isolada iguala ou ultrapassa uma certa quantidade de dB (NA). Pode-se afirmar que o valor dessa certa quantidade de dB (NA) é:

- A) 15 dB (NA)
- B) 20 dB (NA)
- C) 25 dB (NA)
- D) 80 dB (NA)
- E) 85 dB (NA)

PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

QUESTÃO Nº 1

O gerente de um posto revendedor de combustíveis (PRC) agenda uma consulta em sua clínica para um dos seus frentistas. Ele informa que o comportamento do rapaz mudou, o que demonstrou preocupação. Durante a consulta, o frentista de 34 anos relata trabalhar há 6 anos nesse PRC, sendo suas principais atividades laborais: abastecimento de veículos; recebimento de combustível do caminhão-tanque, com desconexão de mangotes e manejo de conteúdo residual; medição volumétrica do tanque subterrâneo com régua; coleta/armazenamento de amostras para controle do combustível. Nas últimas semanas, passou a apresentar astenia intensa, tonturas, cefaleia, sonolência, mialgias e refere também infecções de repetição (2 episódios de faringoamigdalite em 2 meses). Nega outras doenças prévias. Nega utilização de EPI de forma correta. Refere que frequentemente se suja com combustível, aproxima o rosto do bocal do tanque durante o abastecimento e usa “flanela” para conter respingos ou derramamento na lataria dos veículos.

Ao exame físico, encontra-se hipocorado (+/4), sem linfonodomegalias evidentes.

Considerando o caso como exposição ocupacional ao benzeno:

1. Caracterize o risco ocupacional para benzeno no contexto das atividades descritas, citando quais tarefas são reconhecidas como de maior risco em PRC e quais condutas do trabalhador aumentam a exposição;
2. Discuta as principais manifestações clínicas compatíveis com intoxicação ocupacional por benzeno (aguda e crônica), correlacionando com os sintomas do caso;
3. Indique e justifique os exames laboratoriais iniciais e as alterações esperadas; e
4. Aponte condutas a serem realizadas em saúde do trabalhador: medidas de vigilância/PCMSO, ações imediatas no ambiente laboral e orientações preventivas respaldadas por normativas oficiais.

QUESTÃO Nº 2

Uma fundição secundária que presta serviços a uma empresa que recondiciona e recicla baterias automotivas vem apresentando aumento de queixas clínicas entre os trabalhadores do setor de produção. Há relatos de cólicas abdominais recorrentes, constipação, fadiga, cefaleia, irritabilidade, parestesias em extremidades e redução da força em extensores de punho. No exame físico, observou-se, em parte do grupo, linha pigmentada azul-acinzentada na margem gengival adjacente aos dentes. A empresa informou que testes biológicos para exposição química não são realizados de rotina e que a avaliação ambiental é esporádica. Com base no caso descrito, responda aos seguintes itens:

- a) Identifique o agente tóxico mais provável associado a esse cenário produtivo;
- b) Indique os exames clínico-laboratoriais e biomarcadores ocupacionais prioritários para diagnóstico/monitoramento no trabalhador exposto;
- c) Descreva as medidas obrigatórias de prevenção e vigilância a serem implementadas pela empresa; e
- d) Detalhe a conduta ocupacional inicial e a gestão coletiva dos casos com exames alterados.

QUESTÃO Nº 3

Um funcionário, 38 anos, atua como operador de martetele pneumático e serra de concreto em obras de demolição/corte há 9 anos (6 anos na empresa atual). O LTCAT mostra medições de ruído no canteiro entre 88 e 96 dB em frentes de demolição/corte, classificado com contínuo/intermitente. O trabalhador relata uso irregular de protetor auricular nos picos de produção. Ultimamente, vem apresentando zumbido intermitente, dificuldade crescente para entender fala em ambientes ruidosos e sensação de “ouvido tampado” no fim do turno, mas sem otalgias. Nega doenças otológicas prévias, tabagismo e contato prévio com substâncias ototóxicas.

Exame físico: Otoscopia sem alterações; manobras vestibulares sem nistagmo.

Porta as seguintes audiometrias ocupacionais:

- 1) Exame de referência (admissional; 6 anos atrás)

Orelha direita (OD): 10 | 10 | 10 | 10 | 20 | 25 | 20
Orelha esquerda (OE): 10 | 10 | 10 | 10 | 25 | 25 | 20

- 2) Sequencial 1 (atual)

OD: 10 | 10 | 10 | 20 | 30 | 35 | 25
OE: 10 | 10 | 10 | 20 | 35 | 40 | 25

Diante do caso relatado e de acordo com a legislação vigente:

1. Cite as frequências que devem ser avaliadas durante o exame de audiometria ocupacional, pela via aérea em ambas as orelhas;
2. Cite o tempo mínimo de repouso auditivo necessário que o trabalhador necessita antecedendo a audiometria;
3. Conceitue PAINPSE; e
4. Cite as condutas a serem realizadas pelo médico do trabalho.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	